



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE ARAPIRACA
Procuradoria-Geral do Município

Processo nº 29.199/2024

Interessado: Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Juventude.

Assunto: Consulta

PARECER Nº 3.791/2024 - PGM.

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. LEI
ALDIR BLANC. CHAMAMENTO. PARTICIPAÇÃO DE
SERVIDORES PÚBLICOS. VEDAÇÃO.
INTERPRETAÇÃO. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL
DA MORALIDADE.

1 - CONSULTA

Consulta-nos a Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Juventude a respeito da possibilidade de participação de servidores públicos em chamamentos públicos decorrentes de editais veiculados por força da Lei Aldir Blanc.

É o relatório, no essencial.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE ARAPIRACA
Procuradoria-Geral do Município

2- DA FUNDAMENTAÇÃO

Campeia grande celeuma sobre a natureza do processo interpretativo se possui o condão de construir o significado da norma, mediante participação ativa do intérprete nesse sentido, ou se possui somente a função de evidenciar o conteúdo já posto na norma, encartado em um plano de pré-compreensão.

Sabe-se que a norma raramente se entremostra pronta para sua aplicação reclamando uma exegese sobre seus termos, limites e espírito para nortear a atividade produtiva do operador do direito. Interpretar, contudo, não é uma tarefa singela, podendo, num conceito raso ser denominado como *"ato de explicar, esclarecer, dar o significado do vocábulo, atitude ou gesto, produzir por outras palavras um pensamento exteriorizado; mostrar o sentido verdadeiro de uma expressão; extrair de frase, sentença ou norma, tudo o que na mesma se contém"* (MAXIMILIANO, 2002, p. 7).

O ponto de partida de qualquer interpretação é o texto contido na norma, exteorizador de signos qualificativos de condutas que delimitam o comando ali posto. Relação entre norma e texto é simbiótica e indissociável, sem a qual o intérprete jamais poderá exercer o seu labor. Ainda sobre interpretação preciosas são as palavras de Olívio Albino Canfão:

"(..)Nessa ótica, interpretar envolve sempre uma situação de natureza valorativa, ou seja, buscar o significado de algo em



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE ARAPIRACA
Procuradoria-Geral do Município

função dos valores que o orientam, para além da mera relação de causa-efeito. O Direito por ser uma ciência normativa que prima pela preservação dos mais altos interesses da sociedade é comprometida com valores. Essa tarefa concretiza-se através do processo de interpretação de uma situação histórica da qual fazem parte tanto o sujeito (intérprete) quanto o objeto a ser interpretado (o fato e a norma). Disso resulta de que todo processo de interpretação e aplicação das leis correspondem a uma situação hermenêutica, ou seja, a uma apreensão de sentido que só ocorre no fenômeno da compreensão. Isto porque a interpretação jurídica é um processo de atribuição de sentido aos enunciados de textos ou normas jurídicas, visando à resolução de um caso concreto.”¹

Para consecução da interpretação vários métodos se postam a serviço do exegeta tais como literal, sistemático, histórico e teleológico. Todos são instrumentos de captação de sentido da norma, sob um prisma determinado, tomando como um parâmetro um enfoque determinado, que o auxilia. Muitos deles isoladamente conduzem bastas vezes a diversos absurdos necessitando serem conjugados para o alcance da real compreensão normativa, outros por si permitem resultados bastante favoráveis.

Dessa forma, ressalte-se que o elemento literal ou gramatical preocupa-se com o sentido léxico das palavras suas conexões, o que si só é insuficiente e ineficaz de proceder a um resultado de compreensão valorativo. A interpretação sistemática refere-se a

¹ Canfão, Olívio Albino, Métodos de Interpretação Jurídica à Luz do Horizonte Hermenêutico. Disponível em [file:///C:/Users/MARCOS%20VAL%C3%89RIO/Downloads/2715-10449-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/MARCOS%20VAL%C3%89RIO/Downloads/2715-10449-1-PB%20(3).pdf), Acesso em 08 de março de 2021.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE ARAPIRACA
Procuradoria-Geral do Município

inserção da norma como um todo, em um dado sistema, com implicações mútuas e interações, tem o beneplácito de conjugar sentidos idênticos e até mesmos distintos, tudo na ideia central de unidade do sistema. A historicidade da interpretação busca retratar os percalços da norma, sua evolução legislativa, sua fase anterior à vigência, dando-lhe sua razão de existir. Por fim, o teleológico, como será detidamente exposto neste estudo, visa à finalidade da norma, o escopo do legislador e o que foi buscado com a veiculação normativa.

Com feito, além dos métodos hermenêuticos tradicionais devem obtemperar a situação ora narrada em contexto a dicção da Constituição, a qual tem incidência e reflexo, para guiar qualquer posicionamento, introduzindo sua conformidade.

Neste ensejo, tem-se que se encontra hospedado no Texto Constitucional a referência ao princípio da moralidade na seara da Administração Pública, conforme emerge do seu art. 37, *caput*.

Assim sendo, avulta o comando axiológico e normativo direcionado a fazer prevalecer à honestidade, ética e bom trato da coisa pública no organismo estatal. Tal vetor é indutor de vedações a práticas desleais e ímprobas que acometam a esfera pública, tal qual exsurge o nepotismo, a improbidade administrativa, o tráfico de influência, o favorecimento pessoal, etc.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE ARAPIRACA
Procuradoria-Geral do Município

O princípio da moralidade se relaciona com a atuação dos agentes públicos de acordo com valores como probidade (honestidade administrativa), necessidade de agir, lealdade, boa-fé, honestidade. Também pretende evitar ações que visem confundir, dificultar ou minimizar direitos dos cidadãos e cidadãs.

O princípio da moralidade corresponde à proibição da atuação administrativa de distanciar-se da moral, lealdade e boa fé, de modo que atenda às necessidades da administração pública sem qualquer desvio por interesse próprio.

Posta esta breve digressão, incumbe volver o olhar para o caso dos autos.

Dessa forma, observa-se que a participação direta ou indireta como beneficiários de servidores públicos em competição instalada, para utilização dos beneplácitos da Lei Aldir Blanc, por se tratar de atividade administrativa pública reclama as luzes do princípio da moralidade, que enseja, assim, a vedação de tal participação.

Presume-se em tais situações de favorecimento pessoal aos assim beneficiários, na condição de servidores públicos, o que não se coaduna a moralidade que deve ser reinante na seara pública.

Arremata-se, portanto, em resposta à consulta formulada a impossibilidade de participação de servidores públicos em chamamentos públicos realizados nesta Municipalidade em decorrência da Lei Aldir Blanc.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE ARAPIRACA
Procuradoria-Geral do Município

3 - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta PMA opina, em resposta à consulta formulada, ser defesa a participação de servidores públicos em chamamentos públicos realizados nesta Municipalidade em decorrência da Lei Aldir Blanc.

É o parecer.
Salvo melhor juízo.

Arapiraca, 03 de outubro de 2024.

Anderson Márcio Silva Costa
Procurador-Geral Adjunto de Arapiraca

Marcos Valério Melo Castro
Assessor Técnico